



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Superintendência de Política Minerária, Energética e Logística

Nota Técnica nº 44/SEDE/SPMEL/2020

PROCESSO Nº 1220.01.0006222/2020-49

**Revisão da legislação do Mercado Livre de Gás
Setembro de 2020**

1. OBJETIVOS

Embasar a revisão da [Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013](#), que dispõe sobre o mercado livre de gás natural canalizado do Estado de Minas gerais e as condições gerais de acesso à prestação do serviço de distribuição de gás canalizado ao consumidor livre, autoimportador e autoprodutor, e da [Resolução SEDE nº 18, de 9 de dezembro de 2013](#), que dispõe das regras para o exercício da atividade de comercialização no Estado de Minas Gerais.

2. HISTÓRICO

A partir de 2014, entraram em vigor as regras do mercado livre de gás natural em Minas Gerais, conforme estabelecido pela [Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013](#) e pela [Resolução SEDE nº 18, de 9 de dezembro de 2013](#).

Ainda que Minas Gerais tenha sido pioneira na regulação do mercado livre de gás, não se estabeleceu no estado a prática do mercado livre de gás, o que se deu principalmente pela dificuldade de acesso aos dutos de transportes de gás natural, os quais não são controlados pela GASMIG, assim como também não são regulados pelo Governo de Minas Gerais.

No entanto, a realidade do mercado de gás natural começou a mudar a partir de 2019, com a publicação da [Resolução nº 16 do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE](#). A norma trouxe as diretrizes do Novo Mercado de Gás, programa do Governo Federal voltado à promoção da livre concorrência no mercado de gás natural no Brasil.

A partir daí os Estados passaram a promover a abertura dos mercados de gás por meio do aprimoramento de regras de acesso a fornecedores, com o objetivo de reduzir o custo dessa fonte energética pelo aumento da concorrência.

Com isso, a regulação do serviço de distribuição de gás canalizado deve permitir que se estabeleça os custos de comercialização embutidos na tarifa de gás praticada pelas concessionárias estaduais.

Nesse sentido, a SEDE avaliou que as regras para o mercado livre em Minas Gerais poderiam ser aprimoradas, somando-se aos esforços do Governo Federal no sentido de tornar o gás natural mais barato, o que poderá repercutir na melhoria da competitividade da economia mineira, gerar empregos e promover o desenvolvimento do estado.

3. ANÁLISE TÉCNICA

A seguir serão apresentados os trechos dos atuais regulamentos vigentes que poderão ser alterados, conforme proposta de Resolução apresentada para a revisão do mercado livre de gás.

3.1. Resolução SEDE 18/2013, art. 3º

Redação Atual	Proposta de alteração
<p>“Art. 3º - [...]</p> <p>§ 1º - A livre comercialização não se aplica aos segmentos de Usuários Residencial, Comercial e Veicular e aqueles usuários que não tenham condições de participar do mercado livre conforme disposto em Resolução SEDE nº 17 de 9 de dezembro de 2013 ou dispositivo que venha substituí-la.”</p>	<p>“Art. 3º - [...]</p> <p>§ 1º - A livre comercialização se aplica a todos os segmentos de mercado e àqueles usuários que tenham condições de participar do mercado livre conforme disposto em Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013 ou dispositivo que venha substituí-la.”</p>

O artigo 3º da Resolução SEDE 18/2013 estabelece em seu *caput* as condições em que se exerce a atividade de livre competição à comercialização no mercado livre de gás em Minas Gerais. Em seu parágrafo 1º é dito que a comercialização no mercado livre de gás em Minas Gerais não contemplará os segmentos residencial, comercial e veicular.

A proposta da SEDE é pela alteração do parágrafo 1º do artigo 3º da Resolução SEDE nº 18, de 9 de dezembro de 2013 e que tais segmentos sejam incluídos como potenciais comercializadores livres de gás natural em Minas Gerais.

3.2. Resolução SEDE 17/2013, art. 2º

Redação Atual	Proposta de alteração
<p>Art. 2º - [...]</p> <p>XII - CONSUMIDOR CATIVO: consumidor de gás residencial, comercial ou veicular ou aquele consumidor que não tiver condições ou que não exerceu a opção de adquirir o gás de um comercializador, agente produtor ou importador;</p> <p>XIII - CONSUMIDOR LIVRE: consumidor de gás, relacionado a único ponto de entrega, não residencial, não comercial e não veicular, que exerceu a opção de adquirir o gás de um comercializador, agente produtor ou importador;</p>	<p>Art. 2º - [...]</p> <p>XII - CONSUMIDOR CATIVO: consumidor de gás que não tiver condições ou que não exerceu a opção de adquirir o gás de um comercializador, agente produtor ou importador;</p> <p>XIII - CONSUMIDOR LIVRE: consumidor de gás, relacionado a único ponto de entrega que exerceu a opção de adquirir o gás de um comercializador, agente produtor ou importador;”</p>

O artigo 2º da Resolução SEDE 17/2013 estabelece definições que devem ser aprimoradas para que se considerem todos os segmentos de consumidores aptos à migração para o mercado livre.

3.3. Resolução SEDE 17/2013, art. 3º

Redação Atual	Proposta de alteração
<p>Art. 3º - [...]</p> <p>I - Para consumidor potencialmente livre já atendido pela concessionária ter volume contratado no âmbito do mercado livre de pelo menos o equivalente a 10.000 m³/dia (dez mil metros cúbicos por dia);</p>	<p>Art. 3º - [...]</p> <p>I - Para consumidor potencialmente livre já atendido pela concessionária ter volume contratado no âmbito do mercado livre de pelo menos o equivalente a 5.000 m³/dia (cinco mil metros cúbicos por dia);</p>

<p>II - O consumidor potencialmente livre que seja conectado à rede a partir da data de abertura do mercado poderá ser consumidor livre, desde que possua contrato de fornecimento para consumo próprio, no âmbito do mercado livre, por um período mínimo de 1 (um) ano; e que o volume contratado seja no mínimo o equivalente a 10.000 m³/dia (dez mil metros cúbicos por dia).</p> <p>§ 1º - O consumidor livre deverá ter consumo diário médio, computada em período de doze meses, igual ou superior a 10.000m³, para permanecer na condição de consumidor livre</p> <p>[...]</p> <p>§ 5º – O consumidor potencialmente livre que celebrar contrato no âmbito do mercado regulado com a concessionária a partir da data de abertura do mercado, conforme indicado no art. 4º desta resolução, é obrigado a informar sua intenção de se tornar consumidor livre com antecedência mínima de 6 (seis) meses antes do vencimento de seu contrato com a concessionária através de aviso prévio, devendo cumprir o respectivo contrato até o seu vencimento.</p>	<p>II - O consumidor potencialmente livre que seja conectado à rede a partir da data de abertura do mercado poderá ser consumidor livre, desde que possua contrato de fornecimento para consumo próprio, no âmbito do mercado livre, por um período mínimo de 1 (um) ano; e que o volume contratado seja no mínimo o equivalente a 5.000 m³/dia (cinco mil metros cúbicos por dia).</p> <p>§ 1º - O consumidor livre deverá ter consumo diário médio, computado em período de doze meses, igual ou superior a 5.000 m³ (cinco mil metros cúbicos), para permanecer na condição de consumidor livre.</p> <p>[...]</p> <p>§ 5º – O consumidor potencialmente livre que celebrar contrato no âmbito do mercado regulado com a concessionária a partir da data de abertura do mercado, conforme indicado no art. 4º desta resolução, é obrigado a informar sua intenção de se tornar consumidor livre com antecedência mínima de 120 dias antes do vencimento de seu contrato com a concessionária através de aviso prévio, devendo cumprir o respectivo contrato até o seu vencimento.”</p>
--	--

O artigo 3º da Resolução SEDE 17/2013, estabelece as condições para um consumidor tornar-se livre.

Os incisos I e II estabelecem, respectivamente, um volume contratado no âmbito do mercado livre de pelo menos o equivalente a 10.000 m³/dia e que o consumidor potencialmente livre que fosse conectado à rede a partir da data de abertura do mercado poderia ser consumidor livre, desde que possuísse contrato de fornecimento para consumo próprio, no âmbito do mercado livre, por um período mínimo de 1 ano; e que o volume contratado fosse no mínimo o equivalente a 10.000 m³/dia.

O parágrafo 1º estabelece que o consumidor livre deverá ter consumo diário médio, computado em período de doze meses, igual ou superior a 10.000 m³/dia, para permanecer na condição de consumidor livre.

O parágrafo 5º estabelece que o consumidor potencialmente livre que celebrar contrato no âmbito do mercado regulado com a concessionária a partir de 1º de janeiro de 2014, é obrigado a informar sua intenção de se tornar consumidor livre com antecedência mínima de 6 meses antes do vencimento de seu contrato com a concessionária através de aviso prévio, devendo cumprir o respectivo contrato de fornecimento até o seu vencimento.

Considerando que o mercado livre de gás natural em Minas Gerais é ainda incipiente e visando promover o seu desenvolvimento em consonância com as diretrizes do “Novo Mercado de Gás”, a SEDE propõe alterar reduzir o volume mínimo para ingresso ao mercado livre, de 10.000 m³/dia para 5.000 m³/dia, além de encurtar o aviso prévio de 6 meses para 120 dias.

Observando-se os clientes da concessionária com consumo diário superior a 10.000 m³/dia, atualmente há 34 clientes potencialmente livres em Minas Gerais, os quais representam 69% do volume diário contratado pela concessionária.

Com a redução do volume mínimo de consumo médio de 5.000m³/dia, haveria um acréscimo de 23 consumidores potencialmente livres em Minas Gerais. Com isso, o volume de gás canalizado que poderia ser

comercializado no ambiente de contratação livre poderia chegar a 76% do volume atualmente distribuído pela concessionária.

3.4. Inclusão do art. 5º-A à Resolução SEDE 17/2013

Proposta
Art. 5º-A – A concessionária do serviço de distribuição de gás canalizado em Minas Gerais deverá apresentar ao regulador, no prazo de 60 dias contados da publicação desta resolução, proposta de contrato padrão de distribuição de gás canalizado para homologação, em que serão definidas obrigações mínimas da concessionária e dos consumidores livres.”

Visando à promoção de transparência e segurança aos consumidores e à concessionária, a SEDE propõe que seja estabelecido um contrato padrão de distribuição de gás canalizado, com previsão das obrigações mínimas que deverão ser cumpridas pelas partes quando um consumidor optar pelo ambiente de contratação livre.

3.5. Inclusão do art. 25-A à Resolução SEDE 17/2013

Proposta
Art. 25-A – A cada Revisão Tarifária, o regulador definirá o desconto a ser aplicado sobre a tarifa para os consumidores livres.
Parágrafo único – o desconto tratado no <i>caput</i> será expresso em valor percentual que será aplicado à margem de distribuição da concessionária, livre de impostos, e representará os custos de comercialização.

Em 2019 a SEDE finalizou a Primeira Revisão Tarifária Periódica da concessionária de distribuição de gás natural em Minas Gerais (GASMIG). A Resolução SEDE nº 8, de 18 de setembro de 2019, aprovou a Receita Requerida, a Margem Média e o Índice de Reposicionamento Tarifário Ordinário da concessionária GASMIG para o Ciclo Tarifário 2018-2022.

O processo de revisão tarifária apurou os custos de comercialização de gás canalizado, definindo-os em 1,75% da tarifa de distribuição de gás canalizado atualmente praticada pela concessionária. Esse percentual será aplicado aos consumidores que optarem pela migração ao mercado livre de gás. O percentual deverá ser reavaliado a cada revisão tarifária.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentada a análise técnica do mercado livre de gás em Minas Gerais, esta Superintendência propõe a abertura de consulta pública para que a sociedade possa apresentar sugestões de modificação da proposta de Resolução, as quais deverão ser devidamente motivadas.

As contribuições deverão ser enviadas para o e-mail mlg@desenvolvimento.mg.gov.br, com a identificação no assunto da mensagem: “Consulta Pública - Revisão do Mercado Livre de Gás”, trazendo a identificação da pessoa ou organização que a elaborou.

Belo Horizonte, 01 de outubro de 2020

Marcelo Ladeira Moreira da Costa
Superintendente de Política Minerária, Energética e Logística

Pedro Oliveira de Sena Batista

Diretor de Energia



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Oliveira de Sena Batista, Diretor (a)**, em 05/10/2020, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Ladeira Moreira da Costa, Superintendente**, em 05/10/2020, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **20084394** e o código CRC **7FACFAE**.

Referência: Processo nº 1220.01.0006222/2020-49

SEI nº 20084394